

... continuação

Equatorial Renováveis S.A.

participação relevante e gestão do patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa. **6. Contas a receber** – As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias da companhia e sua controlada e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

| | 2025 | 2024 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| Transações MCP | 4.123 | – |
| Contas a receber de clientes (a) | 348.226 | 121.535 |
| Total de contas a receber | 352.349 | 121.535 |

(a) Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes. A Companhia não tem histórico de perdas ou atrasos com recebíveis em decorrência das características do mercado em que atua, sendo assim, a Administração da Companhia entende não haver perdas esperadas em seus recebíveis. **b. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa:** O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não constituiram novos saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores. **7. Compromissos futuros** – As operações com derivativos na Companhia referem-se a operações de trading de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). O portfólio de contratos de compra e venda de energia da Companhia são classificados em trading e não trading ("Own use"). Os contratos de trading atendem a definição de instrumentos financeiros derivativos devido, principalmente, ao fato de que não há compromisso de realizar o fechamento das operações de compra e venda, o qual há flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado. Já os contratos não trading, tem como finalidade a compra e entrega de energia para manutenção dos clientes e tem a obrigação de realizar as operações firmadas com o consumidor final, sendo o reconhecimento baseado no CPC 47 – Receita de contrato com clientes. Desta forma, os contratos de trading são contabilizados conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros, sendo reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, os contratos de venda e compra de energia futura, totalizaram os montantes, respectivamente, de R\$ 235.571 e R\$ 139.416 (R\$ 150.334 e R\$ 154.072 em 31 de dezembro de 2024), em recebíveis e obrigações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a mensuração do valor justo dos referidos contratos, por meio da liquidação entre compra e venda de energia, gerou resultado positivo de R\$ 99.893 (R\$ 29.748 positivo em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, os contratos do portfólio não trading da Companhia, se mensurados a valor justo, totalizaram um montante de R\$ 5.801.535 (R\$ 5.934.283 em 31 de dezembro de 2024). Os referidos contratos serão reconhecidos quando houver a efetiva entrega da energia, por se tratarem de contratos executórios, e não entrarem no escopo de mensuração a valor justo de instrumentos financeiros. As obrigações de compra referente a esses contratos estão escritas na nota explicativa 24.

| | Ativo | | Passivo | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 235.571 | 150.334 | 139.416 | 154.072 |
| Total | 235.571 | 150.334 | 139.416 | 154.072 |
| Circulante | 166.786 | 138.820 | 113.456 | 126.569 |
| Não circulante | 68.785 | 11.514 | 25.960 | 27.503 |
| 8. Tributos a recuperar | | | 2025 | 2024 |
| PIS a recuperar | – | – | 4.072 | 8.643 |
| COFINS a recuperar | – | – | 18.567 | 39.801 |
| Imposto de Renda a recolher | – | – | 461 | – |
| ICMS a recuperar | – | – | 3.532 | 1.845 |
| Total | | | 26.632 | 50.289 |

| a. Composição do saldo de mútuos financeiros com partes relacionadas | | | | | |
|--|---------------|---------------------|------------------|------------|-----------|
| Financiamentos | Taxa de Juros | Data da contratação | Valor contratado | Vencimento | Pagamento |
| Equatorial Transmissão | 1,5% + CDI | 09/09/2024 | 12.459 | mai/25 | Mensal |
| Total | | | 12.459 | | |

Em 31 de dezembro de 2024, a Equatorial Transmissão S.A. fazia parte do Grupo Equatorial. Contudo, em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações da Equatorial Transmissão S.A. e mudança de controle ("Operação"), para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ).

| b. Movimentação do mútuo financeiro | |
|--|---------------|
| | 2025 |
| Saldo inicial | 12.768 |
| Captação de financiamentos | – |
| Amortização de principal | (12.458) |
| Amortização de juros incorporados à dívida | (989) |
| Custo de captação incorrido | 159 |
| Juros sobre financiamentos | 520 |
| Saldo final | – |
| 12. Tributos a recolher | 2025 |
| ICMS a recolher | 15.683 |
| COFINS a recolher | – |
| PIS a recolher | – |
| Outros tributos a recolher | 833 |
| Total | 16.516 |

13. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é de R\$ 198.468 (R\$ 97.468 de 31 de dezembro de 2024) e está representado por 9.434.252 (2.476.923 em 31 de dezembro de 2024) quotas sem valor nominal. Em 25 de janeiro de 2025, através de aprovação em assembleia geral extraordinária (AGE), houve subscrição de capital social de R\$ 150.000. Do montante subscrito, R\$ 101.000 encontram-se integralizados até 31 de dezembro de 2025, permanecendo R\$ 49.000 a integralizar conforme prazos estabelecidos no contrato social. O saldo a integralizar encontra-se registrado no grupo do patrimônio líquido como redutor do capital social, até que ocorra sua efetiva integralização. **b. Dividendos:** Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve distribuição de dividendos, por conta do prejuízo apurado no exercício. **c. Reserva legal:** Será constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve constituição de reserva legal em função do prejuízo dos exercícios. **d. Reserva de retenção de lucros e reserva para investimento e expansão:** É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve destinação de reserva de retenção de lucros em função do prejuízo dos exercícios. **14. Receita operacional líquida** – A receita operacional líquida do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A Companhia atua no mercado de compra e venda de energia e aufer resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. As operações de trading são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de realizar o fechamento das operações de compra e venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado. Já as operações não trading, não atendem a definição de instrumentos financeiros por valor justo e são reconhecidos no resultado apenas quando há a efetiva entrega da energia. **Pis e Cofins:** O Pis e a Cofins são calculados com base no regime não cumulativo onde todas as receitas, com exceção das financeiras são tributadas mediante aplicação do percentual de 1,65% para o Pis e 7,6% para a Cofins, tomando-se créditos com base nos mesmos percentuais, quando estes permitidos pela legislação tributária.

| | 2025 | 2024 |
|--|------------------|-----------------|
| Receita bruta de comercialização de energia (a) | 2.705.119 | 733.705 |
| Variação do valor justo dos contratos de comercialização de energia elétrica – Compromissos futuros (b) | 99.893 | (29.748) |
| Outras receitas | 3.755 | 233 |
| Total | 2.808.767 | 704.190 |
| PIS | (43.497) | (8.487) |
| PIS diferido (c) | (1.648) | 492 |
| COFINS | (200.349) | (39.089) |
| COFINS diferido (c) | (7.592) | 2.260 |
| ICMS | (1.900) | (44.745) |
| ISS | (66.575) | (1.382) |
| Deduções da receita | (321.561) | (90.951) |
| Receita operacional líquida | 2.487.206 | 613.239 |
| (a) Receita faturada dos contratos de comercialização de energia. (b) Receita de comercialização de energia elétrica – Compromissos futuros: A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia. O saldo refere-se à mutação patrimonial entre os contratos ativos e passivos de comercialização de energia. (c) Valores de PIS e COFINS diferidos sobre a variação do valor justo dos contratos de comercialização de energia – Compromissos futuros. Abaixo está demonstrada a movimentação dos saldos patrimoniais de PIS e COFINS diferidos: | | |
| | 2025 | 2024 |
| Saldo em 01 de janeiro | 346 | (2.406) |
| Realização | (9.240) | 2.752 |
| Saldo em 31 de dezembro | (8.894) | 346 |

9. Investimentos – a. Investimentos em controlada e outros investimentos

| Tipo de investimento | Composição | Participações | | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Investimento |
|----------------------|--|---------------|------|--------------------|------------------------|--------------|
| | | 2025 | 2024 | | | |
| Controlada Coligada | Equatorial Comercializadora Ltda. BBCE (a) | – | – | – | – | – |
| | | – | – | – | – | 705 |
| Total | | | | | | 705 |

(a) BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia é uma empresa que desenvolve um balcão eletrônico para compra e venda de energia onde cada acessante, previamente cadastrado, abre limites de negociação com os demais participantes do balcão para apregoar oferta de compra e venda de energia. É como uma bolsa, com a diferença que o risco e a liquidação ocorre de forma bilateral. A BBCE também permite que duas partes possam simplesmente registrar uma transação efetuada fora do ambiente da BBCE, emitindo automaticamente um contrato padrão. A receita da BBCE se dá basicamente por corretagem e emolumentos assim como qualquer bolsa. (b) Incorporação realizada em 02 de setembro de 2024 conforme nota 1.a

| Tipo de investimento | Composição | Participações | | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Investimento |
|----------------------|--|---------------|------|--------------------|------------------------|--------------|
| | | 2024 | 2023 | | | |
| Controlada Coligada | Equatorial Comercializadora Ltda. BBCE (a) | – | – | – | 2.231 | – |
| | | – | – | – | – | 705 |
| Total | | | | | 2.231 | 705 |

(a) BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia é uma empresa que desenvolve um balcão eletrônico para compra e venda de energia onde cada acessante, previamente cadastrado, abre limites de negociação com os demais participantes do balcão para apregoar oferta de compra e venda de energia. É como uma bolsa, com a diferença que o risco e a liquidação ocorre de forma bilateral. A BBCE também permite que duas partes possam simplesmente registrar uma transação efetuada fora do ambiente da BBCE, emitindo automaticamente um contrato padrão. A receita da BBCE se dá basicamente por corretagem e emolumentos assim como qualquer bolsa. (b) Incorporação realizada em 02 de setembro de 2024 conforme nota 1.a

b. Movimentação dos investimentos

| | Resultado equiva- lência patrimonial | Incor- poração | 2025 | 2024 |
|---|--------------------------------------|----------------|----------|------------|
| Investida | | | | |
| Equatorial Comercializadora Ltda. | 705 | – | – | – |
| Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia | – | – | – | 705 |
| Total líquido investido | 705 | – | – | 705 |

| | Resultado equiva- lência patrimonial | Incor- poração | 2024 | 2023 |
|---|--------------------------------------|----------------|----------------|------------|
| Investida | | | | |
| Equatorial Comercializadora Ltda. | 3.005 | 2.231 | (5.236) | – |
| Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia | 705 | – | – | 705 |
| Total líquido investido | 3.710 | 2.231 | (5.236) | 705 |

10. Fornecedores – Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões diversas. As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passivo, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

| | 2025 | 2024 |
|--|----------------|---------------|
| Compra de energia | 277.204 | 81.447 |
| Materiais e serviços | 8.224 | 9.962 |
| Provisões diversas | 1.080 | – |
| Fornecedores partes relacionadas – Nota 21 | 1.054 | 1.316 |
| Total | 287.562 | 92.725 |

11. Partes relacionadas – A dívida da Companhia é composta por recursos captados, principalmente, através de financiamentos. A dívida é inicialmente registrada pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

| | 2025 | 2024 |
|------------------------|----------------|----------------|
| Ativo circulante | – | – |
| Ativo não circulante | – | 1.479 |
| Passivo circulante | (4.933) | – |
| Passivo não circulante | (3.961) | (1.133) |
| Total | (8.934) | (1.654) |

| 15. Custos de operação | | | | | |
|-----------------------------|--------------------|------------------|--|------|------|
| | 2025 | 2024 | | 2025 | 2024 |
| Compra de energia (a) | (2.648.649) | (690.989) | | | |
| Gastos com Pessoas | (23.671) | – | | | |
| (-) Crédito de Pis e Cofins | 243.376 | 57.371 | | | |
| Impostos e Taxas | (4.011) | – | | | |
| Serviços prestados | (17.408) | – | | | |
| Total | (2.460.363) | (636.675) | | | |

(a) No ano de 2025 a Companhia registrou grande aumento nas transações de compra de energia, se comparado com o mesmo período do ano anterior. O aumento está diretamente relacionado à expansão do seu portfólio, ficando em linha com o aumento de vendas observado na nota explicativa 15.

| 16. Despesas gerais e administrativas | | 2025 | 2024 |
|---------------------------------------|----------------|-----------------|------|
| Gastos com pessoal | (736) | (14.810) | |
| Serviços de terceiros | (981) | (6.118) | |
| Legais, judiciais e publicações | (22) | (1.699) | |
| Viagens e diárias | – | (663) | |
| Impostos, taxas e alvarás | (8) | (3.489) | |
| Outras despesas | (7.797) | (1.818) | |
| Total | (9.544) | (28.597) | |

17. Receitas e despesas financeiras – As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com fianças e comissões bancárias e IOF. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, e demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Rendimento de aplicação financeira | 2.410 | 2.165 |
| (-) Pis e Cofins sobre aplicação | (193) | (111) |
| Outras receitas | 1.758 | 360 |
| Receitas financeiras | 3.975 | 2.414 |
| Juros de financiamento | (520) | (468) |
| IOF | (629) | (309) |
| Tarifas bancárias | (8) | (105) |
| Outras despesas financeiras | (653) | (219) |
| Despesas financeiras | (1.810) | (1.101) |

18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – a. Imposto de renda e contribuição social corrente: Lucro real: A Companhia optou pelo regime de tributação Lucro Real. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas em 10% sobre o lucro tributável, após compensações, excedente a R\$ 240 (base anual) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O quadro abaixo demonstra a reconciliação da alíquota efetiva para a Companhia:

| | 2025 | 2024 |
|---|-----------------|-----------------|
| IRPJ e CSLL | 19.464 | (54.415) |
| Adições e exclusões permanentes | | |
| Resultado com equivalência patrimonial | – | (2.231) |
| Outras despesas indutíveis | 509 | – |
| Adições e exclusões temporárias | | |
| Instrumentos financeiros | (99.893) | 29.748 |
| Outras adições e exclusões | 9.331 | 2.235 |
| Lucro real/Prejuízo fiscal | (70.589) | (24.663) |
| Alíquota IR 15% CS 9% | 24% | 24% |
| Base adicional IRPJ | – | – |
| Alíquota IR adicional – 10% | 10% | 10% |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | – | – |

b. Imposto de renda e contribuição social diferido: Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias e, assim, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 29.669 (Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos). Abaixo está demonstrada a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

| | 2025 | 2024 |
|---|---------------|--------------|
| Saldo em 01 de janeiro | – | 8.025 |
| Variação do valor justo – comercialização de energia elétrica | 29.669 | (8.025) |
| Saldo em 31 de dezembro | 29.669 | – |

19. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas – A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como

outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisões, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e administrativas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível. **20. Partes relacionadas** – Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo: **a. Valores a pagar**

| | 2025 | 2024 |
|---|--------------|---------------|
| Passivo | | |
| Fornecedores – Partes relacionadas | | |
| Echoenergia Crescimento S.A. | 5 | – |
| Echoenergia Participações S.A. (a) | 1.049 | 1.316 |
| Mútuos Financeiros | | |
| Equatorial Transmissão | – | 12.768 |
| Total | 1.054 | 14.084 |

b. Resultado

| | 2025 | 2024 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Compartilhamento de custos (a) | (1.332) | (5.055) |
| Compartilhamento de despesas (a) | (1.137) | (1.045) |
| Total transações no resultado | (2.469) | (6.100) |

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Echoenergia Participações S.A., empresa pertencente ao mesmo grupo econômico. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2026. Os principais gastos compartilhados são: • Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação; • Despesas legais e advocatícias e seguros. **c. Remuneração dos administradores:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Equatorial Renováveis S.A., a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia. Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia. **21. Instrumentos financeiros – Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

| | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |
|---------------------------------------|---|---|
| Ativos financeiros a custo amortizado | | |

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo:** Aplicações financeiras: O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DJI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados. **Compromissos futuros:** Os contratos de compromissos futuros referentes às operações de comercialização de energia, por apresentarem característica de liquidação em energia prontamente conversíveis em montante financeiro, são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, conforme mencionado na nota 8. **Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e

... continuação

Equatorial Renováveis S.A.

venda e compra de energia, no montante líquido negativo de R\$ 99.893 (positivo R\$ 29.748 em 31 de dezembro de 2024), foi reconhecida no resultado, conforme demonstrado abaixo:

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------------------|-----------------|---------------|
| Receitas com instrumentos financeiros | (108.848) | (34.388) |
| Custo com instrumentos financeiros | 8.955 | 64.136 |
| Total | (99.893) | 29.748 |

22. Gerenciamento de riscos – A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Risco operacional:** A oferta e a demanda de energia elétrica podem ter comportamento diferente do previsto e, consequentemente, impactando os volumes e preços da energia e nos resultados da Companhia. A Administração mitiga esse risco através da gestão de portfólio, com manutenção e gestão contínua da reserva estratégica de energia, assim como estabelece uma política de crédito. Além disso, a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.
- **Risco de crédito:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.056 | 26.035 |
| Contas a receber | 352.349 | 121.535 |
| Total | 357.405 | 147.570 |

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

| | 2025 | 2024 |
|--------------|----------------|------------------|
| Fornecedores | 287.562 | (287.562) |
| Total | 287.562 | (287.562) |

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Risco de preço:** A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com o objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro de energia. As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia. **Risco de taxas de juros:** A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade:** Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

| | 2025 Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
|--|---------------|--------|--------|--------|--------|
| Risco de redução das taxas de juros e índices | 14,90% | 14,90% | 18,63% | 22,35% | 11,18% |
| Risco de aumento (passivo) / Risco de redução (ativo) | 4.125 | 4.259 | 4.392 | 3.991 | 3.857 |

Sensibilidade

Aplicações financeiras e fundos vinculados CDI (a) 3.590 4.125 4.259 4.392 3.991 3.857

Impacto no resultado do exercício 535 134 267 (134) (267)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo. (b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo. **23. Compromissos contratuais – a. Contratos de compra de energia:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os compromissos por obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras) são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

| | Total | Até 1 ano | Entre 1 a 3 anos | Após 2029 |
|----------------------|-----------|-----------|------------------|-----------|
| Obrigações de compra | 9.122.528 | 2.062.888 | 1.592.197 | 5.467.443 |

31 de dezembro de 2025

| | Total | Até 1 ano | Entre 1 a 3 anos | Após 2027 |
|----------------------|-----------|-----------|------------------|-----------|
| Obrigações de compra | 9.990.842 | 461.842 | 1.424.010 | 8.104.990 |

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas a contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e resumem as operações a preço fixo. **b. Contratos de compra de energia com partes relacionadas:** A Companhia firmou contratos de compra de energia de longo prazo com partes relacionadas. O objetivo dos contratos é suprir a energia necessária para atendimento dos contratos de venda não trading, os quais há a obrigação de entrega da energia, como mencionado na nota explicativa 8. Os contratos tem duração de 22 anos, e 100% da energia gerada pelas empresas geradoras será comprada pela Companhia, o preço contratual médio é de R\$ 239 MW, reajustado anualmente pelo IPCA. **24. Cobertura de seguros** – Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **25. Informações complementares ao fluxo de caixa** – O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa.

Diretoria Executiva

Raimundo Barretto Bastos – Diretor Financeiro

Bruno Ortega Janjacom – Gerente Contábil – CRC 1SP-331491/0-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Equatorial Renováveis S.A.** | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Equatorial Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-CE 001.042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador
CRC-PE 021.265/O

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

www.datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

